



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Centro de Apoio Operacional sobre Estudos de Violência
Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino



BOLETIM

INFORMATIVO

✉ cao.vdomestica@mpmt.mp.br

EDIÇÃO Nº 04/2024



Ministério Público do Estado de Mato Grosso

CAO VIOLÊNCIA DOMÉSTICA



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

SUMÁRIO

1. **NOVIDADES LEGISLATIVAS**
2. **INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA**
3. **CAMPANHAS E PROJETOS**
4. **MATERIAL DE APOIO**
5. **NOTÍCIAS**
6. **RECOMENDAÇÃO**
7. **CANAIS DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**
8. **BANCO DE PEÇAS**

COORDENAÇÃO DO CAO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

TIAGO DE SOUSA AFONSO DA SILVA

Promotor de Justiça e Coordenador

GILEADE PEREIRA SOUZA MAIA

Promotora de Justiça e Coordenadora Adjunta

EQUIPE TÉCNICA

Raquel Mendes de Oliveira

Ricardo Sebalhos Waltrick

Keitiany Silva Pereira





1. NOVIDADES LEGISLATIVAS



Lei prevê sala exclusiva no SUS para mulher vítima de violência

As mulheres vítimas de violência têm direito a salas de acolhimento exclusivas nos serviços de saúde conveniados ou próprios do Sistema Único de Saúde (SUS). É o que prevê a Lei 14.847, de 2024, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O texto foi publicado no Diário Oficial da União da última sexta-feira (26).

O texto muda um dispositivo da Lei 8.080, de 1990, que trata das diretrizes no serviço público de saúde. A legislação anterior já previa a organização de atendimento público específico e especializado para mulheres e vítimas de violência doméstica. Com a nova regra, elas agora têm direito a salas que garantam privacidade e restrição do acesso de terceiros não autorizados pela paciente, em especial o do agressor.

Fonte: Agência Senado

Para ter acesso a nova legislação, clique [aqui](#).



Comissão aprova prioridade em cursos de serviços de aprendizagem para mulheres vítimas de violência. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto mantém como herdeira mulher que matar o companheiro em legítima defesa. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que prevê ações de combate à violência contra mulheres nos pontos de ônibus. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto com desconto no IR para doações a fundos que protegem a mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova criação de canais estaduais para atender vítima de violência de gênero 24 horas por dia. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto prevê prioridade de homologação para sentenças estrangeiras sobre violência contra a mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto prevê até 3 anos de prisão para quem divulgar, sem autorização, vídeo sexual falso de mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto proíbe empresa de negar emprego à mulher por ser mãe. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto prevê aumento de pena para ocultação de cadáver no caso de feminicídio. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto permite que o Ministério Público requirite dados de redes sociais de agressor de mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova prisão imediata de quem descumpra medida protetiva ligada à violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova aumento da pena de feminicídio para até 40 anos de prisão. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que criminaliza exposição reiterada de criança a atos de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que garante acesso de mulheres do campo a ações contra o câncer. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que garante à mulher agredida o direito de pedir divórcio no Juizado de Violência Doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que dá a mulher vítima de violência doméstica no exterior o direito de ter processo julgado no Brasil. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto cria bolsa de estudo para filhos das vítimas de feminicídio. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que amplia recursos para atletas mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova reconhecimento de seguridade especial para mulheres do campo identificadas como "do lar". Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que permite prender agressor de mulher em flagrante após registro da ocorrência. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aumenta pena para estelionato praticado contra mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comissão aprova projeto que institui Orçamento Sensível às Mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).



CDH aprova fim de atenuante para menor de 21 anos e maior de 70 que violentar mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto aprovado reforça que ressarcimento por violência doméstica deve ser pago com bens do agressor. Para saber mais, clique [aqui](#).

2. INFORMATIVO DE JURISPRUDÊNCIA



Informativo de JURISPRUDÊNCIA

Número 807

Brasília, 16 de abril de 2024.

SEXTA TURMA

PROCESSO	Processo em segredo de justiça, Rel. Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, por unanimidade, julgado em 2/4/2024.
RAMO DO DIREITO	DIREITO PROCESSUAL PENAL, DIREITO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS
TEMA	Lei Maria da Penha. Medidas protetivas de urgência. Pedido de revogação das medidas em razão do decurso do tempo. Impossibilidade. Necessidade de demonstração da cessação de perigo.



DESTAQUE

As medidas protetivas de urgência, embora tenham caráter provisório, não possuem prazo de vigência, devendo vigorar enquanto persistir a situação de risco à ofendida.

Para ter acesso ao informativo, clique [aqui](#).



Edição 1133/2024

INFOR MATIVO

26 DE ABRIL DE 2024



#ParaTodosVerem

Texto alternativo disponível



DIREITO PENAL

Crimes contra a Dignidade Sexual; Pedofilia; Violência contra a Mulher

Criação de cadastros estaduais de condenados por crimes sexuais ou de violência doméstica - ADI 6.620/MT.

Para ter acesso ao informativo, clique [aqui](#).

3. CAMPANHAS E PROJETOS



Campanha #JuntosPorElas

Dezessete parceiros da campanha JuntosPorElas, de enfrentamento à violência doméstica e familiar contra a mulher, foram homenageados pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso na quarta-feira (10), em solenidade realizada na sede da Procuradoria-Geral de Justiça. No evento foi apresentado um balanço – em formatos de [vídeo](#) e [revista](#) - das atividades realizadas durante a campanha, que ocorreu no mês de março.

A coordenadora adjunta do Centro de Apoio Operacional da Violência Doméstica, promotora Gileade Pereira Souza Maia, que também atua no Núcleo de Promotorias de Justiça de enfrentamento à violência contra a mulher de Cuiabá, destacou que lida diariamente com o sofrimento das mulheres. “E quando reunimos pessoas, trabalhando juntas nessa causa, renova em mim a esperança de que nós podemos sim enfrentarmos essa chaga que assola todo o nosso país”, observou.

“A violência doméstica é uma questão complexa porque tem raízes históricas, sociais e culturais. E isso faz da violência doméstica um problema muito difícil de ser combatido. Quero agradecer muitíssimo o apoio de todos, sem dúvida foi um passo significativo neste enfrentamento”, acrescentou.

Para saber mais, clique [aqui](#).

Audiência pública com ministra das Mulheres debate violência de gênero



O desafio que envolve erradicação da violência de gênero foi tema da audiência pública "Brasil Sem Misoginia" realizada, no dia 15/04, pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso e que contou com a presença da ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.

O debate é uma iniciativa do deputado Valdir Barranco (PT) e trouxe temas como a importância de unir esforços entre os poderes para fortalecer a rede de apoio às vítimas, além de abordar a conscientização para combater a violência contra a mulher. "O intuito é ouvir sobre o que as mulheres precisam não no lugar delas ou por elas, mas sim junto delas", afirmou Barranco.

Se até 2006 a briga entre marido e mulher era considerada de âmbito privado, com o advento da Lei Maria da Penha essa discussão ganhou contornos de domínio público, e a partir dali conceitos como violência física, sexual, psicológica, moral e financeira começaram a fazer parte das discussões que tratam da proteção aos direitos das mulheres.

A misoginia, segundo a ministra Cida, é um dos principais fatores que desencadeia a cultura de violências contra as mulheres. "Desde que assumi o ministério comecei um trabalho científico para conhecer a fundo fatores que contribuem para o Brasil ter uma realidade tão violenta para a mulher e a misoginia é considerada a raiz do problema", afirmou.

"Enfrentar a misoginia está dentro das políticas, dos estudos e da ciência para enfrentar a violência contra a mulher no mundo e é por isso que também estamos insistindo com essa palavra, para o conhecimento do que ela representa, possamos mudar a formação e a cultura social no nosso país", defendeu a ministra. "Essa palavra difícil representa o menosprezo, a inferiorização e principalmente o ódio contra as mulheres", definiu.

Para saber mais, clique [aqui](#).

Orçamento e políticas públicas para mulheres são debatidos em audiência na ALMT



A Assembleia Legislativa de Mato Grosso promoveu audiência pública para discutir o tema “Mulheres e Orçamento – A participação da mulher na construção de políticas públicas” na tarde de segunda-feira (29). O debate foi proposto pela deputada Janaina Riva (MDB) e Procuradoria da Mulher da Assembleia por solicitação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.

O evento reuniu representantes de diversas organizações da sociedade civil e também do poder público, como Ministério Público Estadual (MPE/MT), Tribunal de Justiça (TJMT), Polícia Judiciária Civil (PJC/MT), Polícia Militar (PM/MT), Executivo estadual, além de mulheres políticas do estado. Entre os desafios apresentados estão ampliação da oferta de vagas em creches, criação de mais rodas de reflexão com psicólogos para atender agressores de mulheres e prevenir novos episódios de agressão, aumento de efetivo policial para atender ocorrências de violência contra a mulher no interior do estado, criação de comissão para acompanhar cumprimento de leis que favorecem mulheres, integração de diferentes áreas – como saúde, assistência social e segurança pública – para notificação de casos de violência de gênero.

Para saber mais, clique [aqui](#).

Durante lançamento de novo Espaço de Acolhimento, promotor elogia Prefeitura de Cuiabá e ações formatadas pela primeira-dama Márcia Pinheiro para o fim da violência de gênero



"Estou aqui para elogiar e homenagear essa belíssima iniciativa da Prefeitura de Cuiabá, da Secretaria Municipal das Mulheres. Uma Prefeitura e uma Secretaria dedicadas à criação de políticas públicas e à promoção das mulheres. Visitei o Espaço de Acolhimento para Mulheres e fiquei maravilhado. É um local onde as mulheres em situação de vulnerabilidade são ouvidas e cuidadas com muito carinho. Esse trabalho é fundamental para apoiar essas mulheres em momentos de desespero. Outro ponto importante é o fato de a capital ter criado uma lei estabelecendo um benefício para os filhos das vítimas de violência. Aqui, é oferecido um valor acima do que é estabelecido pela lei nacional".

O depoimento é do promotor de Justiça, Tiago de Sousa Afonso da Silva, que atua no Núcleo de Enfrentamento à Violência Doméstica da Capital, e foi realizado na tarde de terça-feira (30), na solenidade de abertura do segundo espaço de acolhimento implantado pela Prefeitura de Cuiabá.

O segundo espaço funcionará na UPA Verdão e terá capacidade de atendimento para 18 mulheres durante as 24 horas do dia, sendo cinco mulheres para os primeiros atendimentos e 13 mulheres para os serviços psicológicos. A equipe será composta por 13 profissionais, incluindo quatro psicólogas, cinco assistentes sociais e quatro servidores administrativos. O atendimento será disponibilizado 24 horas por dia.

Para saber mais, clique [aqui](#).

Recém-inaugurado, novo Espaço de Acolhimento da Mulher registra dois atendimentos em 48 horas



A segunda unidade do Espaço de Acolhimento da Mulher, recém-inaugurada na Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do bairro Verdão, registrou o número de dois atendimentos nas primeiras 48 horas de implantação. O funcionamento do segundo Espaço de Acolhimento foi realizado na terça-feira (30) pela primeira-dama de Cuiabá, Márcia Pinheiro.

De acordo com a Secretaria Municipal da Mulher, as duas mulheres que foram acolhidas chegaram ao espaço em caráter emergencial (1) e de maneira encaminhada (1).

Nas primeiras 24 horas, foi registrado o acolhimento de J.M.F., de 45 anos, que chegou à UPA Verdão vítima de violência doméstica familiar. Assim que a vítima chegou à unidade, foi realizado o chamado primeiro atendimento no qual é feito o acolhimento psicossocial.

“A mulher passa pela equipe especializada, uma assistente social e uma psicóloga, onde são avaliadas as necessidades dela. Se precisa de uma orientação jurídica, encaminhamento social, encaminhamento à delegacia, além do atendimento médico especializado”, contou Clariane Rodrigues, coordenadora do Espaço de Acolhimento da Mulher.

O espaço da UPA Verdão segue a diretriz da Lei Nacional 221/23, sancionada pelo presidente Lula, que garante no Sistema Único de Saúde, salas especializadas e exclusivas para o atendimento de vítimas de violência de gênero e familiar.

Para saber mais, clique [aqui](#).

4. MATERIAL DE APOIO

RASEAM 2024

Relatório Anual Socioeconômico da Mulher

Abril/2024 • ANO VII



MINISTÉRIO DAS
MULHERES



O Ministério das Mulheres divulgou, na quarta-feira (24), o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher (Raseam), marcando a retomada após quatro anos sem publicação. O documento traz uma compilação descritiva e analítica de dados produzidos a partir de 2020, referentes ao perfil demográfico e socioeconômico das brasileiras e torna-se uma importante fonte para subsidiar a elaboração e implementação de políticas públicas.

As informações foram obtidas de diversas fontes oficiais como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), Tribunal Superior Eleitoral, ministérios, entre outros, compilados pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (OBIG).

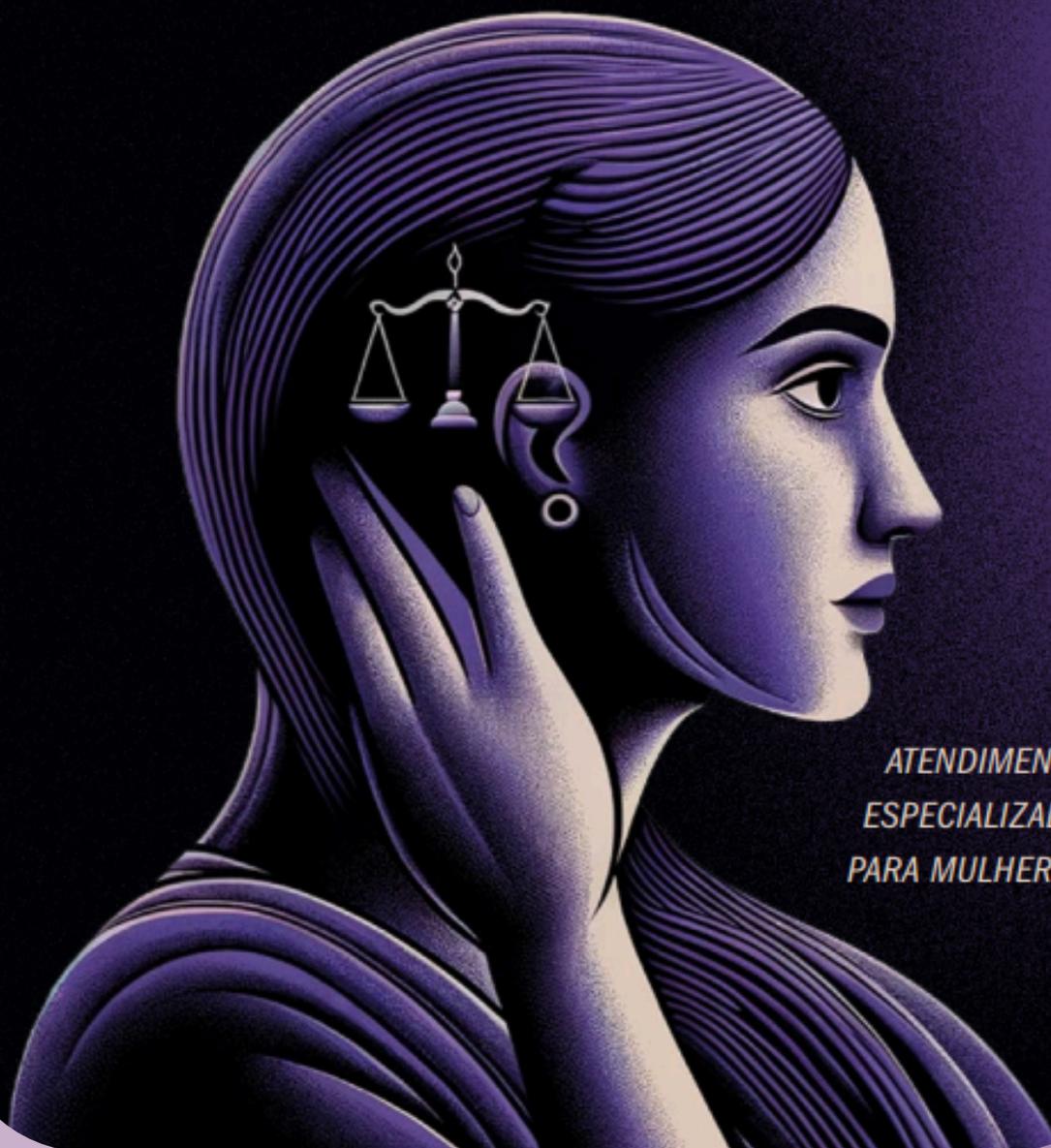
O relatório é um registro consistente sobre a situação das mulheres em diversos âmbitos da vida social que tem servido para subsidiar a formulação de políticas públicas e o acesso à informação para que a sociedade possa cobrar o governo. Além disso, está alinhado com os princípios da política de governança na administração pública contribuindo para o processo decisório baseado em evidências”, destaca a coordenadora-geral do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, Camila Firmino.

Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).

CARTILHA: “Ouvidoria para Elas”

TJDFT

OUIDORIA *para elas*



ATENDIMENTO
ESPECIALIZADO
PARA MULHERES

Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CARTILHA: “Orientações para o mandato das mulheres”

 **Publicações**
Interlegis - ILB



**Cartilha da
Vereadora**

ORIENTAÇÕES PARA O MANDATO
DAS MULHERES

Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

CADERNOS DE JURISPRUDÊNCIA DO STF: "Direitos das Mulheres"



CADERNOS DE JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:
CONCRETIZANDO DIREITOS HUMANOS

DIREITOS DAS MULHERES



MAX PLANCK INSTITUTE
FOR COMPARATIVE PUBLIC LAW
AND INTERNATIONAL LAW



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

5. NOTÍCIAS



Projeto isenta mulheres vítimas de violência doméstica de taxa em concurso público. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto inclui perseguição judicial contra mulher no Código de Processo Civil. Para saber mais, clique [aqui](#).



Para aplicar-se a Lei Maria da Penha, não se exige demonstração de hipossuficiência ou de vulnerabilidade. Para saber mais, clique [aqui](#).



Lei assegura assistência médica prioritária para mulheres que sofreram violência. Para saber mais, clique [aqui](#).



MPRO e PF levam Projeto "Maria da Penha vai à Escola" para alunos da rede pública de Porto Velho. Para saber mais, clique [aqui](#).



Estados e cidades terão plano de combate à violência contra mulher, aprova Senado. Para saber mais, clique [aqui](#).



Violência sexual em espaços noturnos e responsabilização de agressores. Para saber mais, clique [aqui](#).



Fórum de Maravilha passa a ter sua Sala Lilás para atendimento de vítimas especiais. Para saber mais, clique [aqui](#).



Coordenadoria da Mulher e OAB estabelecem parceria para Protocolo de Segurança de vítimas de violência. Para saber mais, clique [aqui](#).



CNJ e Uber discutem parceria no combate e na prevenção de violência contra a mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Ministério Público destina recursos para reforma de parque e praça. Para saber mais, clique [aqui](#).



Procuradoria Especial da Mulher quer servidores capacitados. Para saber mais, clique [aqui](#).



Comarca de Alta Floresta realiza mutirão de audiências de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Judiciário participa de visita ao terreno onde será construída nova Casa da Mulher Brasileira. Para saber mais, clique [aqui](#).



Parceria entre MPMT e PJC deve fortalecer Observatório Caliandra. Para saber mais, clique [aqui](#).



Cadastros de pedófilos e condenados por violência contra a mulher em Mato Grosso são legítimos, decide STF. Para saber mais, clique [aqui](#).



Certificados digitais são usados como ferramentas de violência patrimonial contra mulheres. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto reserva 5% das vagas em concursos públicos para vítimas de violência doméstica. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto prevê notificação de vítimas sobre soltura de condenados. Para saber mais, clique [aqui](#).



Presidente sanciona lei que garante espaços exclusivos no SUS a mulheres vítimas de violência. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto prevê medidas para proteger mulher agredida no ambiente de trabalho. Para saber mais, clique [aqui](#).



Projeto determina suspensão de carteira de motorista e linha telefônica de agressor de mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).



Lei determina campanha permanente de combate a violência contra a mulher em estádios. Para saber mais, clique [aqui](#).

6. RECOMENDAÇÃO



CNPCP publica Recomendação sobre monitoração eletrônica aos agressores em casos de violência doméstica

Brasília, 17/04/2024 - O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCP), do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), publicou, na terça-feira (17), recomendação, em casos de violência doméstica e familiar contra mulher, ao uso de monitoração eletrônica aos agressores, com vista a assegurar a efetividade das medidas protetivas de urgência.

A principal diretriz estabelecida pela recomendação é a submissão do agressor à monitoração eletrônica quando da aplicação das medidas protetivas de urgência, por exemplo: afastamento do lar ou proibição de aproximação da ofendida. Tal medida visa não apenas garantir o cumprimento das medidas protetivas de urgência, mas também proporcionar um acompanhamento mais rigoroso do agressor, coibindo a reincidência de novos episódios de violência.

A Recomendação teve apoio da Ministra da Mulher, Cida Gonçalves, que elogiou o documento.

Para o Presidente do CNPCP, Douglas de Melo Martins, o ato representa um importante avanço na proteção das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, sinaliza o compromisso do Estado brasileiro em enfrentar esse grave problema social.

Para saber mais, clique [aqui](#).

7. CANAIS DE ATENDIMENTOS

- 190 – Polícia Militar.
- 180 – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência.

OUVIDORIA DAS MULHERES - MPMT

-  Ligue: 127 - das 8h às 18h (custo de uma ligação local)
-  Telefones e Whatsapp: (65) 99259-0913 e (65) 99269-8113
-  E-mail: ouvidoriadasmulheres@mpmt.mp.br
-  Site: mpmt.mp.br/ouvidoria

ESPAÇO CALIANDRA - MPMT

-  Sede das Promotorias de Justiça da Capital - Av. Desembargador Milton Figueiredo, s/n, Setor D, Centro Político Administrativo.
-  (65) 3611-0651 - Telefone e WhatsApp
-  espaco.caliandra@mpmt.mp.br

OBSERVATÓRIO CALIANDRA

-  caliandra.mpmt.mp.br

DELEGACIA DE DEFESA DA MULHER

Telefone e Whatsapp: (65) 3613-8901/(65) 98173-0709

SOS Mulher - Medida Protetiva On-line, clique [aqui](#).

Além disso, em Cuiabá/MT, a Patrulha Maria da Penha prossegue atendendo as ocorrências normalmente.

A Casa de Amparo às Mulheres Vítimas de Violência Doméstica continua em funcionamento, acolhendo as mulheres em situação de risco.

8. BANCO DE PEÇAS

É com imensa satisfação que o **Centro de Apoio Operacional Sobre Estudos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e Gênero Feminino** informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com modelos de manifestações, artigos científicos, dados estatísticos, jurisprudências, inclusive da Corte Interamericana de Direitos Humanos, podcast, entre outros materiais de apoio, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área da Violência Doméstica.

Além disso, considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, solicitamos aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrilhantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em documento editável ou em PDF para o e-mail **cao.vdomestica@mpmt.mp.br**.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO